

Uso de energia eólica no país

A energia eólica está se tornando uma possibilidade real de manter o alto nível de participação de energias renováveis na matriz energética brasileira, acredita o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim. O potencial desse tipo de energia no país pode chegar ao equivalente a 20 usinas de Itaipu.

Tolmasquim disse que nos leilões de fontes alternativas da semana passada, a energia gerada a partir dos ventos se mostrou bastante competitiva em termos de preço. Até então, tinha-se a visão de que a energia eólica era interessante ambientalmente, mas sua participação seria limitada devido ao elevado custo de produção quando comparadas às usinas hidrelétricas ou mesmo térmicas.

"O programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica teve o mérito de trazer a fonte eólica para a nossa realidade", disse o presidente da EPE, que participou ontem do Brasil Windpower, no Rio.

O potencial de energia eólica estimado para o Brasil é de geração de 143 mil megawatt (MW). No entanto, esse estudo foi feito para torres geradoras de energia de até 50 metros de altura. Mas a tecnologia atual já permite torres de mais de 100 metros, aumento do potencial estimado em quase duas vezes.

De acordo com o Plano Decenal de Energia, o Brasil precisará expandir a capacidade instalada de energia elétrica em mais 63 mil MW. Do total, 71% já foram contratados, incluindo-se a energia dos leilões da semana passada. A expectativa é que haja uma redução da participação da energia hidrelétrica, de 78% da matriz nacional para 70%. Mas o patamar de energias renováveis deve ser mantido, acredita Tolmasquim, ampliando a participação de fontes alternativas de 7% para 14%.

O barateamento dos equipamentos de energia eólica e as melhores condições de financiamento, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), quebraram o paradigma do setor e permitiram a ampliação de sua participação nos leilões.

Com isso, o presidente da EPE acredita que a energia eólica pode deixar de ser considerada uma fonte de reserva – contratada apenas como excedente para dar garantia ao sistema – e pode passar a disputar com a biomassa nas fontes alternativas, contratadas para atender às necessidades reais das distribuidoras de energia.

Fonte: Jornal Valor Econômico – Empresas
02/09/2010

